

Óleo e Gás
Participações S.A.
- em recuperação
judicial

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016
com Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações dos resultados	15
Demonstrações dos resultados abrangentes	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Demonstrações do valor adicionado	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20
Demonstrações Financeiras - “Formulário CVM”	50

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Óleo e Gás Participações S.A. (“OGPar” ou “Companhia”) - em Recuperação Judicial, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras e o correspondente Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como eventos subsequentes relevantes ao mercado.

1. Mensagem da Administração

O início do ano de 2016 para a indústria de óleo e gás foi marcado pelo cenário incerto, tendo sido registrado o menor preço do petróleo do tipo *brent* no mercado internacional em 12 anos, atingindo US\$ 27. Diante desta situação, foram adotadas diversas medidas para sustentar a continuidade da Companhia. Durante 4 meses a operação no Campo de Tubarão Martelo foi interrompida, retomando a extração de óleo a partir do dia 03 de Julho de 2016. Apesar das dificuldades e interrupção das operações, foram registrados 2,2 milhões de barris de petróleo durante o ano de 2016.

Em continuidade aos fatos relevantes do dia 15 de julho e 28 de outubro de 2016, a OGpar celebrou o Acordo junto aos credores da OSX-3 Leasing B.V., credores do Empréstimo Adicional e debenturistas do Financiamento DIP, firmado em 10 de janeiro de 2017 e divulgado por meio de fato relevante. O referido Acordo permite a continuidade das operações no Campo de Tubarão Martelo e garante a melhoria na saúde financeira da OGX P&G, subsidiária da OGpar, que terá uma redução drástica de seu passivo.

No dia 08 de março de 2017, os debenturistas tiveram a oportunidade de individualmente aderirem ao Acordo assinado, dando prosseguimento à sua implementação. Cabe ressaltar que o cumprimento das condições previstas no Acordo está sujeito à celebração da documentação definitiva e a diversas condições precedentes e aprovações usuais, incluindo aprovações de agências regulatórias.

Sob a atual conjuntura da indústria de petróleo, com a estabilização dos preços da commodity e após os conflitos existentes serem encerrados com os credores envolvidos no Acordo, a Companhia mantém uma perspectiva mais clara para o seu futuro, almejando o final do processo de Recuperação Judicial em 2017.

2. Ativos em Desenvolvimento

2.1 Campos de Atlanta e Oliva (“BS-4”)

O Campo de Atlanta é um campo de óleo do pós-sal, localizado na Bacia de Santos, vinculado ao Bloco BS-4 no qual a OGX P&G possui 40% de participação. O campo é operado pela Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”) com 30% de participação e tem como sócia a Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. com 30%.

De acordo com as últimas informações anunciadas pela QGEP, em sua divulgação de resultados de 2016 realizada no dia 15 de março de 2017, achegada do FPSO Petrojarl I,

anteriormente prevista para o terceiro trimestre de 2017, foi novamente postergada, agora para o quarto trimestre de 2017. Dessa forma, a previsão do primeiro óleo do Sistema de Produção Antecipada de Atlanta (“SPA”) é esperada para o início de 2018. Nesta primeira fase, o potencial de produção está estimado em 20 mil bbl/d, com dois poços produtores que já estão perfurados e equipados com árvore de natal molhada e bomba submersa. Essa estimativa possui margem de variação, positiva ou negativa, de 10% conforme divulgação pela operadora, e a produção do campo poderá ser ampliada com a instalação de um terceiro poço produtor.

Conforme previsto no Plano de Recuperação da OGX, a alienação de ativos é uma das medidas de reestruturação da Companhia. Os sucessivos atrasos na chegada do referido FPSO Petrojarl I e, conseqüentemente, na ocorrência do primeiro óleo do SPA, impactam significativamente a previsão de fluxo de caixa da OGX P&G, motivo pelo qual a companhia vem intensificando seus esforços na busca de potenciais interessados em adquirir parte de sua participação no Bloco BS-4. O afretamento do FPSO Petrojarl I tem duração de cinco anos, com cláusula de rescisão válida após o terceiro ano e os equipamentos e as soluções submarinas necessárias já foram contratadas pelo Consórcio.

O investimento estimado do consórcio para 2017 é de U\$ 127 milhões, sendo a OGX P&G responsável por 40% desse CAPEX previsto.

3. Ativos Produtores

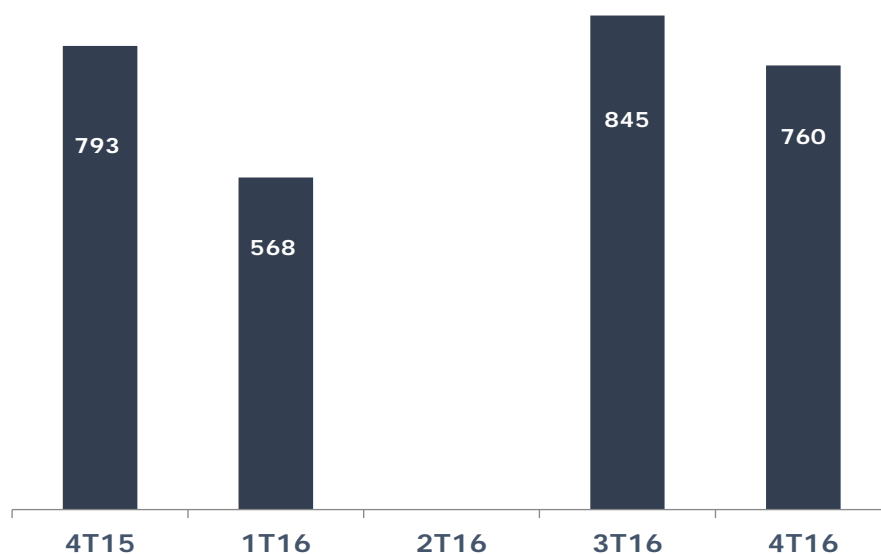
3.1 Campo de Tubarão Martelo

A – Produção

Em 5 de março de 2016, a OGX realizou a interrupção temporária da produção no Campo de Tubarão Martelo em função da queda persistente do preço do petróleo do mercado internacional que tornava a operação do campo economicamente inviável à época.

Após quatro meses de interrupção, a OGX retomou sua produção no dia 1º de julho de 2016, tendo em vista a recuperação do preço do petróleo no mercado internacional e as tratativas com a representante dos detentores de bonds emitidos pela OSX 3 Leasing B.V., que permitiu continuar as operações na plataforma.

No quarto trimestre de 2016 foram produzidos 759,9 mil barris de petróleo, em comparação aos 793,5 mil barris registrados no mesmo período do ano anterior. O gráfico abaixo demonstra a evolução da produção trimestral da Companhia em barris de petróleo nos últimos cinco trimestres. O incremento atípico da produção no 3º trimestre se deve ao aumento de pressão nas reservas causado pelo acúmulo de hidrocarbonetos e água durante o período em que a produção permaneceu interrompida.



A produção no campo de Tubarão Martelo foi iniciada em 05 de dezembro de 2013, já tendo sido completados 3 anos de vida operacional dos ativos físicos aplicados na produção e estando todos os 4 poços em operação.

Considerando que o tempo de vida médio esperado de projeto das bombas centrífugas submersas, de 2,5 anos, foi superado e que, a despeito de toda diligência e cautela por parte do time técnico operacional da Companhia, existe a probabilidade de falha durante o ano de 2017, a Companhia possui um Projeto de Revitalização do campo de Tubarão Martelo, que contempla, além de realizar intervenções em três poços produtores, com troca das respectivas bombas centrífugas submersas, também a substituição de um dos quatro poços produtores por um ainda pendente de completação superior. A finalidade do Projeto é estender a vida útil econômica através do aumento de produção. Em razão da necessidade de um significativo investimento para a realização do Projeto, a Companhia considera a possibilidade de realizar apenas o “workover” com o objetivo de evitar a queda drástica no volume de óleo produzido.

4. Ativo Exploratório

4.1 Margem Equatorial

No terceiro trimestre de 2016, a OGX foi notificada pela Exxon, operadora do Consórcio do Bloco Exploratório POT-762, requerendo o pagamento de R\$ 53,7 milhões, correspondentes ao percentual de não cumprimento do Programa Exploratório Mínimo (“PEM”), acordado no Contrato de Concessão do Bloco durante o primeiro semestre de 2013. A OGX solicitou a habilitação retardatária do crédito perante o Juízo em que tramita o processo de Recuperação Judicial, considerando que o valor cobrado pela Exxon decorre de uma obrigação assumida antes da impetração da Recuperação Judicial da OGX.

Em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial, a OGX cedeu sua participação nos blocos CE-M-603 e POT-M-475, operados pela ExxonMobil Exploração Brasil Ltda., após receber aprovação final da ANP em agosto deste ano.

5. Outros Ativos

5.1 Campo de Tubarão Azul

Em janeiro de 2016 a OGX concluiu a desmobilização da plataforma FPSO OSX-1, tendo cumprido com todos os compromissos assumidos com a OSX 1 Leasing B.V. (“OSX-1”), seus respectivos credores e a OSX Serviços Operacionais Ltda. – em Recuperação Judicial. O sucesso e agilidade na referida desmobilização é resultado da capacidade de negociação da OGX com seus credores e agentes reguladores.

Como parte do acordo firmado entre a OGX, OGpar e OSX-1 Leasing B.V., a OSX-1 creditou US\$ 32 milhões em garantia exclusivamente para o cumprimento das obrigações associadas ao abandono dos poços do Campo de Tubarão Azul.

Como não se encontrou alternativa viável para retomada das atividades no Campo de Tubarão Azul, transcorrido o período de um ano de suspensão da produção, a OGX P&G, na condição de operadora, iniciará o processo de desativação e abandono do referido campo em conformidade com as normas da ANP e órgãos reguladores de meio ambiente. As Companhias estão em fase de preparo e negociação da contratação de prestadores de serviços que participarão do referido processo.

6. Desempenho Financeiro

As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em bases consolidadas, de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e em Reais, exceto quando indicado o contrário. Recomenda-se a leitura dessas informações juntamente com as demonstrações financeiras da OGX Petróleo e Gás S.A., coligada na qual a Companhia mantém 25,89% de participação.

Demonstração dos Resultados	2016	2015	Δ \$	R\$ ('000)		
				4T16	4T15	Δ \$
Despesas administrativas e gerais	(5.384)	(1.709)	(3.675)	(1.290)	(691)	(599)
EBITDA da operação	(5.384)	(1.709)	(3.675)	(1.290)	(691)	(599)
Ganho efeito da variação de participação em coligadas	18.228	-	18.228	-	-	-
Realização de ajustes acumulados de conversão	(14.031)	-	(14.031)	-	-	-
Realização de deságio investimentos	-	3.628	(3.628)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(181.085)	(215.502)	34.417	(120.962)	(68.446)	(52.516)
EBIT	(182.272)	(213.583)	31.311	(122.252)	(69.137)	(53.115)
Resultado financeiro líquido	3.213	(21.771)	24.984	(1.632)	(335)	(1.297)
EBT	(179.059)	(235.354)	56.295	(123.884)	(69.472)	(54.412)
Imposto de renda	-	-	-	-	-	-
Provisão para não recuperação IRPJ/CSLL	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido	(179.059)	(235.354)	56.295	(123.884)	(69.472)	(54.412)

No resultado acumulado da OGPar no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 destacamos:

a) Resultado de equivalência patrimonial:

	<u>R\$ mil</u>
- Resultado da OGX P&G em 31 de dezembro de 2016	(698.949)
- Percentual de participação da OGPar na OGX P&G	25,89%
<u>Equivalência patrimonial sobre o resultado da OGX P&G:</u>	<u>(180.958)</u>
<u>Equivalência patrimonial sobre outras sociedades:</u>	<u>(127)</u>
Total	<u>(181.085)</u>

b) Resultado Financeiro

Foi apurada uma receita de R\$ 3,2 milhões durante o ano de 2016, dos quais aproximadamente R\$ 8,7 milhões referem-se à variação cambial não realizada sobre os mútuos.

7. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes, emitido, em 17 de março de 2017 e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

8. Auditores Independentes

A política da Companhia com relação aos auditores independentes na prestação de serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras fundamenta-se em princípios que preservam a sua independência. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais, advogar por seu cliente ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados restritos segundo as normas vigentes.

9. Aderência à câmara de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração se obrigam a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da Bovespa, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas
Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e o seu respectivo fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu em um prejuízo de R\$ 179.059 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 82.283 mil. Essas condições, juntamente com o fato de que a Companhia e determinadas investidas estão em processo de recuperação judicial, conforme descrito na mesma nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional



da Companhia. Adicionalmente, como parte do plano de recuperação judicial, a Administração está empenhada na efetivação do processo que envolverá a incorporação da Companhia pela sua coligada OGX Petróleo e Gás, S.A. - Em recuperação judicial, dentro do período compreendido pelo plano de recuperação Judicial. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Ênfase - Plano de Recuperação judicial

Chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 1 às demonstrações financeiras, que descreve que em 30 de outubro de 2013, a Óleo e Gás Participações S.A., ajuizou, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial em conjunto com suas controladas, o qual foi deferido em 21 de novembro de 2013. Em 3 de junho de 2014, em assembleia geral, os planos foram aprovados pelos credores, os quais foram homologados pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em 13 de junho de 2014. Em abril de 2015, a Companhia celebrou seu primeiro contrato de standstill ("Instrumento Particular de Compromisso de Não Fazer") com os credores detentores das debêntures conversíveis (DIP) e dos créditos de "incremental facility" previstos do plano original, onde esses se abstiveram de votar ou tomar qualquer medida para cobrar valores ou executar garantias do DIP ou do incremental facility pelo prazo do contrato, que foi na ocasião estendido até 30 de outubro de 2015. As Assembleias Gerais de Debenturistas subsequentes a essa data, sendo a última ocorrida no dia 31 de janeiro de 2017, têm postergado a deliberação sobre referida matéria. As medidas para a preservação das garantias, e outras condições precedentes para a conversão dessas dívidas em ações, estão descritas na mesma nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Avaliação dos investimentos

Conforme referido na nota explicativa 7, a Companhia detém investimento em coligada avaliado pelo método da equivalência patrimonial, que, em função de seu patrimônio líquido negativo, está apresentado no passivo não circulante como provisão para perdas em investimentos e representa 81% do total de passivos da Companhia. Essa investida possui estimativas contábeis críticas que podem gerar impacto relevante na determinação do valor do investimento (provisão para perdas) nas demonstrações financeiras da Companhia, como:

- (i) a estimativa de recuperação das reservas de petróleo e gás que são a base para avaliação de algumas rubricas das demonstrações financeiras, como provisão para recuperação de ativos, depreciação pelo método de unidades produzidas, provisão para abandono de área, impostos diferidos, bem como na avaliação da premissa de continuidade operacional da investida.



- (ii) o valor recuperável de ativo imobilizado e intangível que envolve incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e às estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos.
- (iii) as projeções de resultado tributável futuro e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação dos impostos ativos diferidos e o fato da investida exercer um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros.
- (iv) as estimativas efetuadas para mensurar as provisões para descomissionamento de área, especificamente o impacto que eventuais mudanças nas premissas teriam sobre a sua posição patrimonial.

Devido à relevância desta investida no contexto das demonstrações financeiras como um todo, à mensuração dessas estimativas contábeis envolverem julgamento significativo e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas das estimativas efetuadas nas demonstrações financeiras da investida poderia ter nas demonstrações financeiras da Companhia, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria avaliou esse assunto

Obtivemos o entendimento dos principais controles internos relacionados a esse assunto. Além disso, os nossos procedimentos de auditoria incluíram o planejamento do escopo de nossos trabalhos realizados para a coligada e avaliação dos riscos de distorção relevante em relação aos assuntos destacados acima que podem afetar o resultado da Companhia de forma relevante. Adicionalmente analisamos as informações da empresa coligada, avaliamos o percentual de participação, efetuamos o recálculo da equivalência patrimonial e analisamos o controle e divulgação de transações com partes relacionadas, bem como os reflexos nas contas contábeis de provisão para perdas em investimento e resultado de equivalência patrimonial. Os Principais Assuntos de Auditoria da empresa coligada por nós auditada, estão descritos no relatório emitido sobre as demonstrações financeiras dessa empresa, e envolvem basicamente, os riscos indicados acima. Para esses riscos de distorção relevante da coligada por nós auditada, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas envolvidos na auditoria e análise dos procedimentos realizados e das conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e os procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos destacados acima. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento



Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Anderson C. V. Dutra
Contador CRC RJ-093231/O-6

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	65	59
Outros créditos e despesas antecipadas	6	518	503
Total do ativo circulante		583	562
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	8	9.960	22.767
Créditos com partes relacionadas	9	633	633
		10.593	23.400
Investimentos	7	129	256
Total do ativo não circulante		10.722	23.656
Total do ativo		11.305	24.218
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	1.236	2.153
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	8	13	9
Salários e encargos trabalhistas		82	77
Empréstimos com partes relacionadas	9	81.261	91.091
Outras contas a pagar		274	151
Total do passivo circulante		82.866	93.481
Não circulante			
Provisão para perda de investimentos	7	349.820	302.683
Total do passivo não circulante		349.820	302.683
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	11	8.821.155	8.821.155
Reservas de capital		30.362	-
Ajustes acumulados de conversão	11	(55.204)	(154.466)
Prejuízos acumulados		(9.217.694)	(9.038.635)
Total patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(421.381)	(371.946)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		11.305	24.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receitas / (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	12	(5.384)	(1.709)
Ganho efeito da alteração de participação em coligada	7	18.228	-
Realização de ajustes acumulados de conversão		(14.031)	-
Realização do deságio	7	-	3.628
Resultado de equivalência patrimonial	7	<u>(181.085)</u>	<u>(215.502)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(182.272)	(213.583)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	13	971	2.545
Despesas financeiras	13	(6.411)	(5.260)
Variação cambial líquida	13	<u>8.653</u>	<u>(19.056)</u>
		3.213	(21.771)
Prejuízo antes dos tributos		(179.059)	(235.354)
Imposto de renda e contribuição social	8	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(179.059)</u>	<u>(235.354)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	17	<u>(5,53331)</u>	<u>(7,27295)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício	(179.059)	(235.354)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	<u>99.262</u>	<u>(148.804)</u>
Total do resultado abrangente	<u>(79.797)</u>	<u>(384.158)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajustes acumulados de conversão	(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015		<u>8.821.155</u>	<u>96.552</u>	<u>(5.662)</u>	<u>(8.893.511)</u>	<u>18.534</u>
Reconhecimento pro rata e cancelamento/anulação de opções de ações		-	(6.322)	-	-	(6.322)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	7	-	-	(148.804)	-	(148.804)
Compensação prejuízos acumulados		-	(90.230)	-	90.230	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(235.354)	(235.354)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>8.821.155</u>	<u>-</u>	<u>(154.466)</u>	<u>(9.038.635)</u>	<u>(371.946)</u>
Ágio reflexo na emissão de ações da investida	7 (a)	-	30.362	-	-	30.362
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	7	-	-	99.262	-	99.262
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(179.059)	(179.059)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>8.821.155</u>	<u>30.362</u>	<u>(55.204)</u>	<u>(9.217.694)</u>	<u>(421.381)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Prejuízo do exercício		(179.059)	(235.354)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	7	181.085	215.502
Ganho do efeito na alteração de participação em coligada	7	(18.228)	-
Realização de ajustes acumulados de conversão		14.031	-
Variação cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos	9	(8.743)	20.876
Juros/encargos sobre financiamento passivo provisionados	9	5.242	3.858
Realização de deságio	7	-	(3.628)
Outros		-	(3.465)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		(5.672)	(2.211)
Variação nos ativos e passivos			
Outros créditos e partes relacionadas		(15)	698
Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	8	12.807	1.454
Fornecedores	10	(917)	(1.548)
Salários e encargos trabalhistas		5	(2.946)
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	8	4	(4)
Outras contas a pagar		123	(4.500)
		12.007	(6.846)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		6.335	(9.057)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:			
Captações de empréstimos e financiamentos	9	8.593	11.068
Amortização de principal	9	(14.922)	(2.147)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos		(6.329)	8.921
Variação no caixa e equivalentes de caixa		6	(136)
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		59	195
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		65	59
Variação no caixa e equivalentes de caixa		6	(136)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<u>(3.297)</u>	<u>962</u>
Valor adicionado bruto		<u>(3.297)</u>	<u>962</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>(3.297)</u>	<u>962</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	7	(181.085)	(215.502)
Ganho do efeito na alteração de participação em coligada	7	18.228	-
Realização do deságio	7	-	3.628
Realização do ajuste acumulado de conversão		(14.031)	-
Receitas financeiras e variação cambial líquida	13	<u>9.624</u>	<u>2.545</u>
		<u>(167.264)</u>	<u>(209.329)</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>(170.561)</u>	<u>(208.367)</u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados		814	1.920
Tributos			
Impostos, taxas e contribuições		1.273	751
Despesas financeiras	13	<u>6.411</u>	<u>24.316</u>
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo líquido do exercício		<u>(179.059)</u>	<u>(235.354)</u>
Valor adicionado total distribuído		<u>(170.561)</u>	<u>(208.367)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado em contrário)

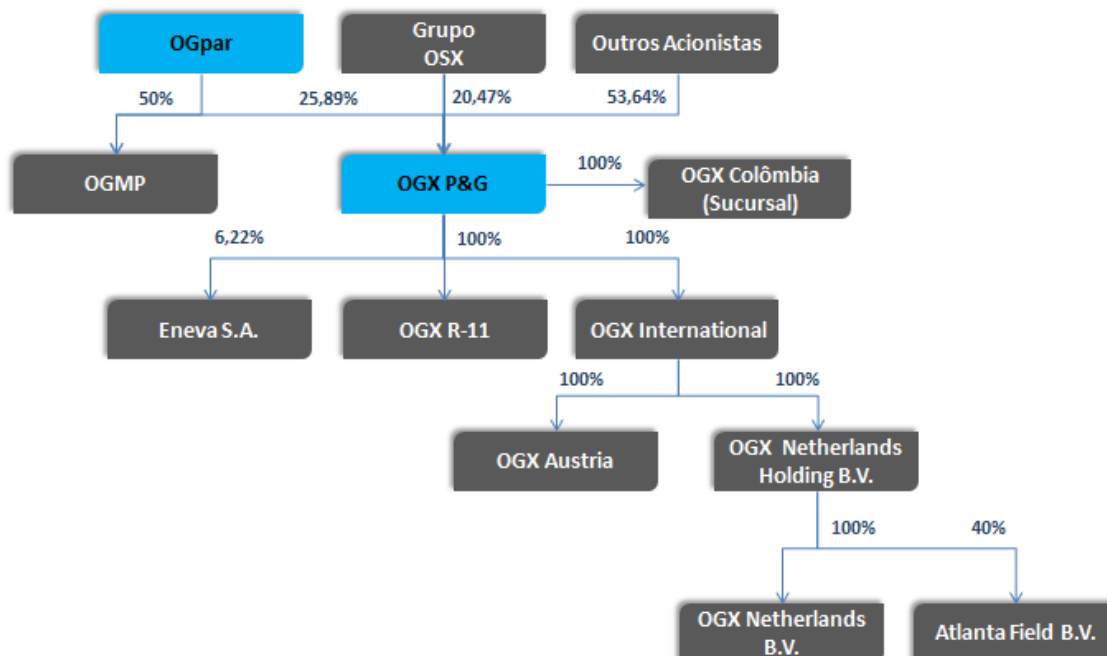
1 Contexto operacional

1.1 Estrutura societária

A Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial (“OGPar” ou “Companhia”) foi constituída em 10 de abril de 2006, sob a razão social Centennial Asset Participação Corumbá S.A. Após a cisão do acervo líquido associado a outros negócios que não petróleo e gás, a razão social foi alterada, em 3 de setembro de 2007 para OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e posteriormente, em 06 de dezembro de 2013 para a denominação atual. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, que atuam no segmento de petróleo e gás, nacionais ou estrangeiras, constituídas sob qualquer tipo societário.

Em 30 de setembro de 2014, como forma de otimizar os custos operacionais do Grupo OGPar, as participações que a Óleo e Gás Participações S.A. possuía na OGX International e na OGX R-11 foram transferidas para a OGX P&G. Ainda, em 30 de setembro de 2014 todas as condições precedentes necessárias a extinção das dívidas concursais e extraconcursais da OGX P&G através da emissão de instrumentos de patrimônio já haviam sido cumpridas, de forma que a conversão já era mandatória nos termos do plano de recuperação judicial, aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. A conversão e consequente diluição da participação da OGPar para 28,57% foi formalizada em 16 de outubro de 2014. Em 30 de março de 2016, o Conselho de Administração da coligada OGX P&G deliberou sobre o aumento do capital social, mediante capitalização de crédito, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da OGX P&G. O aumento de capital foi efetivado mediante emissão privada de 12.531.821 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 9,38 por ação, sendo R\$ 0,01 por ação, alocado à conta de capital social em vista do patrimônio líquido negativo da Companhia e o restante de R\$ 9,37 por ação alocados à reserva de capital. Embora o trâmite processual para emissão das ações ainda esteja em curso, a Companhia entendeu que a conversão dos instrumentos patrimoniais era devida no primeiro trimestre de 2016. Como consequência da última emissão de ações acima, a OGpar teve novamente sua participação na OGX P&G diluída de 28,57% para 25,89%. Para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 4 item (i).

Diante ao exposto, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:



OGX Petróleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial (“OGX P&G”): Constituída, sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade em 27 de junho de 2007. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social, mediante autorização ou concessão da União, a pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo e gás natural e de outros hidrocarbonetos, bem como quaisquer outras atividades correlatas. A OGX P&G poderá, ainda, diretamente ou através de subsidiárias, exercer as atividades integrantes de seu objeto social no País ou fora do território nacional e participar do capital de outras sociedades. Em 2 de julho de 2012 foi convertida em sociedade anônima e por conta da mudança do tipo societário a referência a essa companhia foi alterada de “OGX Ltda.” para “OGX P&G”.

Sucursal Colômbia (“OGX Colômbia”): Sucursal da OGX P&G, constituída em 26 de outubro de 2010 para gerir as operações dos blocos exploratórios adquiridos no país.

OGMP Transporte Aéreo Ltda. (“OGMP”): Constituída em 6 de abril de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social a aquisição de aeronaves para a prestação de serviços de taxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação, incluindo-se as operações *offshore*. Poderá ainda participar do capital de outras sociedades. Atualmente não possui nenhum ativo imobilizado. Tem como quotistas a OGPar (50%) e a empresa ligada Eneva S.A. (50%).

OGX R-11 Petróleo e Gás S.A. (“OGX R-11”): Constituída em 4 de outubro de 2013, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem o mesmo objeto social da OGX P&G.

OGX International GmbH - Em recuperação judicial (“OGX International”): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social a participação em outras empresas e em qualquer tipo de negócio.

OGX Austria GmbH - Em recuperação judicial (“OGX Austria”): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social todas as atividades relacionadas ao comércio de petróleo, gás natural e todos os demais hidrocarbonetos, incluindo importação, exportação, processamento, transporte e armazenagem. Pode, também, adquirir, manter e alienar participações em outras empresas e celebrar contratos de locação.

OGX Netherlands Holding B.V. (“OGX Netherlands Holding”): Constituída em 23 de julho de 2012, com sede em The Hague, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, participar no capital de outras sociedades e prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades holandesas.

OGX Netherlands B.V. (“OGX Netherlands”): Constituída em 19 de março de 2010, com sede em The Hague, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento, para a OGX P&G, de equipamentos a serem utilizados na indústria de petróleo e gás.

Atlanta Field B.V. (“Atlanta Field”): Constituída em 02 de novembro de 2012, com sede em Rotterdam, na Holanda. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento de equipamentos a serem utilizados na exploração e produção de petróleo e gás pelo Consórcio formado por OGX P&G, Queiroz Galvão E&P e Barra Energia, para atuação nos campos de Atlanta e Oliva.

Eneva S.A. (“Eneva”): Foi constituída em 25 de abril de 2001 sob a denominação de MPX Mineração e Energia Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2013, foi aprovada a alteração da denominação social da mesma, passando a ser denominada de Eneva S.A. Seu plano de negócios prevê como atividade principal a geração de energia elétrica através do desenvolvimento de matrizes energéticas diversificadas, como carvão mineral, gás natural e fontes renováveis. A fim de integrar suas operações a Eneva também é acionista de concessionárias de projetos de produção e exploração de gás natural na bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão, que fornece gás para as usinas termelétricas que foram construídas pela empresa no mesmo local. A OGX P&G possui um compromisso de não negociar as ações emitidas pela Eneva integralizadas pela OGX P&G com as Ações PGN pelo prazo máximo de 18 (dezoito) meses. A Administração da OGX P&G entende que o compromisso assumido não descaracteriza a classificação do título como para negociação, pois continua com a intenção de obter retorno financeiro na venda destas ações e na flutuação de seu preço no período. Consequentemente, a OGX P&G classifica a participação na Eneva como um ativo financeiro mensurado pelo valor justo através do resultado. Tais ativos estão classificados como títulos e valores mobiliários no ativo realizável a longo prazo no balanço da OGX P&G.

1.2 Portfólio da investida OGX P&G

Campos em desenvolvimento e em produção

Em 31 de dezembro de 2016 a coligada OGX P&G possuía participação nos seguintes campos:

Nº	País	Bacia	Bloco	Campo	Operador	% OGX P&G	Período contratual
1	Brasil	Campos	BMC 41	Tubarão Azul	OGX P&G	100%	09/05/2012 a 09/05/2039 (ii)
2	Brasil	Campos	BMC 39 e 40	Tubarão Martelo	OGX P&G	100%	19/04/2012 a 19/04/2039 (iii)
3	Brasil	Santos	BS-4	Atlanta	Queiroz Galvão E&	40%	27/12/2006 a 27/12/2033 (iv)
4	Brasil	Santos	BS-4	Oliva	Queiroz Galvão E&	40%	27/12/2006 a 27/12/2033 (iv)

Concessões exploratórias

Em 31 de dezembro de 2016 a coligada OGX P&G participava das seguintes concessões exploratórias:

N	País	Bacia	Bloco	Operador	% OGX P&G	Período Contratual
1	Brasil	Espírito-Santo	BM-ES-40	Perenco	50%	(i)
2	Brasil	Espírito-Santo	BM-ES-41	Perenco	50%	(i)

- (i) O operador apresentou proposta revisada do Plano de Avaliação da Descoberta do BM-ES-40 e do BM-ES-41. A OGX P&G apresentou à ANP o pedido de autorização da cessão dos direitos no dia 19 de abril de 2016. Após aprovação da ANP, os 50% de participação detidos pela OGX P&G serão cedidos da seguinte forma: (i) 40% para atual operadora Perenco e (ii) 10% para Sinochem. Não existem gastos exploratórios capitalizados no ativo permanente da Companhia relacionados com essas duas concessões.
- (ii) Em processo de abandono definitivo. Conforme fato relevante no dia 22 de janeiro de 2016 foi concluída a desmobilização do navio de produção FPSO OSX-1 que operava no campo.
- (iii) O Campo de TBMT encontra-se atualmente em produção.
- (iv) Os Campos Atlanta e Oliva encontram-se atualmente em desenvolvimento.

1.3 Recuperação Judicial

(i) Processo de recuperação judicial do Grupo OGX

Em 30 de outubro de 2013 a Óleo e Gás Participações S.A. - Em Recuperação Judicial (“OGPar”), em vista da situação financeira desfavorável em que se encontrava, dos prejuízos já acumulados, bem como do vencimento recente e vindouro de grande parte de seu endividamento, ajuizou, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação” - Processo nº 0377620-56.2013.8.19.0001), em conjunto com suas controladas, OGX Petróleo e Gás S.A. - Em Recuperação Judicial (OGX P&G), OGX International GmbH - Em Recuperação Judicial e OGX Austria GmbH - Em Recuperação Judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05 (“LFR”), em medida de urgência, mediante deliberação de seu Conselho de Administração em 30 de outubro de 2013 (“Recuperação Judicial”).

A administração da OGPar e suas coligadas até aquele momento entendeu que, diante dos desafios decorrentes de sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para a preservação da continuidade de seu negócio e proteção dos interesses da OGPar e de seus *stakeholders*.

Em 21 de novembro de 2013, o Juízo da Recuperação proferiu decisão (i) deferindo o processamento da Recuperação Judicial em relação às empresas OGPar e OGX P&G, bem como (ii) indeferindo o processamento da Recuperação Judicial em relação à OGX International e OGX Austria, por entender que não teria jurisdição sobre as referidas companhias. Contra a referida decisão foi interposto o Agravo de Instrumento nº 0064658-77.2013.8.19.0000, ao qual foi dado provimento em 19 de fevereiro de 2014, por decisão unânime. Em 23 de julho de 2014, foi negado provimento aos embargos de declaração opostos pelo Ministério Público contra o referido acórdão. O recurso especial interposto pelo Ministério Público contra esse acórdão foi inadmitido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por decisão publicada em 02 de julho de 2015.

Em 14 de fevereiro de 2014, as companhias apresentaram, individualmente, seus respectivos planos de recuperação judicial (“Plano”) com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de viabilidade econômica; e laudos econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos das companhias. As companhias apresentaram, ainda, a relação dos credores que estão sendo pagos nos termos e condições indicados no Plano. O edital contendo a relação de credores foi publicado em 06 de março de 2014 e os interessados apresentaram ao administrador judicial (“Deloitte”) suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados. O Plano foi aprovado por aproximadamente 90% dos credores das companhias nas assembleias gerais realizadas em 3 de junho de 2014, sendo homologado pelo Juízo da Recuperação, conforme decisão publicada no Diário Oficial de Justiça em 26 de junho de 2014 (“Decisão Homologatória”).

(ii) Plano de recuperação do Grupo OGX

Em resumo, o Plano prevê os seguintes meios de recuperação: (i) a obtenção de novos financiamentos; (ii) a alienação de ativos; (iii) o redimensionamento das operações; (iv) o pagamento em dinheiro de parte das dívidas; (v) conversão de parte das dívidas em capital social da OGX P&G; e (vi) reorganização societária do Grupo OGX.

O Grupo OGX obteve a captação dos seguintes financiamentos na forma dos artigos 66 e 67 da LFR, em ordem cronológica:

- (i) Empréstimos Ponte**
Empréstimos de curtíssimo prazo contraídos pela OGPar nos valores de US\$ 15 milhões e US\$ 50 milhões, utilizados para recomposição do capital de giro da OGX e quitação de obrigações junto ao Consórcio BS-4;
- (ii) Financiamento DIP**
Concedido por credores e alguns novos financiadores, mediante a subscrição de debêntures conversíveis, no montante total de aproximadamente US\$ 215 milhões, as quais serão convertidas em capital, na hipótese de preenchimento ou liberação de determinadas condições precedentes, fazendo com que esses credores e novos financiadores se tornem acionistas da OGX P&G (“Financiamento DIP”); e

(iii) *Empréstimo Adicional*

No valor de aproximadamente US\$ 73 milhões, cuja principal destinação foi viabilizar a quitação de *cash calls* em aberto junto ao Consórcio BS-4, tendo em vista da importância deste ativo para a OGX P&G.

a. **Detalhamento do Financiamento DIP**

- **Forma:** A OGX P&G emitiu debêntures conversíveis no valor total de US\$ 215 milhões (“Debêntures”). As Debêntures foram emitidas em 3 séries, a saber:
 - (i) **Debêntures 1ª Série:** emitidas, subscritas e integralizadas pelo valor total de aproximadamente US\$ 125 milhões;
 - (ii) **Debêntures 2ª Série:** emitidas, subscritas e integralizadas pelo valor total de aproximadamente US\$ 82,5 milhões;
 - (iii) **Debêntures 3ª Série:** emitidas, subscritas e integralizadas pelo valor de aproximadamente US\$ 7,5 milhões.
- **Destinação:** Os recursos obtidos por meio do Financiamento DIP foram destinados ao pagamento de obrigações extraconcursais, financiamento de determinados investimentos em capital e despesas operacionais para manutenção das atividades da OGX P&G, bem como para o pagamento de despesas relacionadas ao processo de Recuperação Judicial.
- **Garantias:**
 - Alienação fiduciária sobre o petróleo e gás de titularidade da OGX P&G em qualquer dos seguintes campos de produção, respeitadas as participações da OGX P&G em cada um desses campos de produção: (a) Bloco BS-4; (b) Tubarão Martelo e Tubarão Azul;
 - Cessão fiduciária de todos os direitos creditórios oriundos da comercialização de petróleo e gás de titularidade da OGX;
 - Cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela OGX P&G contra a União fundados no direito de reembolso pelo recolhimento a maior de Imposto de Renda Pessoa Jurídica;
 - Penhor sobre os direitos emergentes da participação da OGX P&G nos contratos relacionados à concessão sobre BS-4;
 - Cessão fiduciária de, entre outros, (a) direitos de crédito detidos pela OGX contra a Cambuhy decorrentes do Contrato de Compra e Venda, das ações da Parnaíba Gás Natural, (b) das contas vinculadas nas quais serão depositados os recursos decorrentes dos direitos creditórios acima mencionados;
 - Cessão fiduciária de direitos de crédito detidos pela OGX P&G e pela OGPar oriundos de: (a) contratos de seguro; (b) litígios judiciais e extrajudiciais (inclusive na hipótese de início de litígio contra Brasil E&P Ltda.); (c) contratos e outros instrumentos; (d) quaisquer outros direitos de crédito que não sejam objeto de outra garantia específica;

- Alienação fiduciária sobre ativos de titularidade de Parnaíba B.V.;
 - Alienação fiduciária das 100 (cem) ações ordinárias de emissão da OGPar de titularidade de Eike Batista, nos termos do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças”;
 - Alienação fiduciária da totalidade de ações e/ou quotas de emissão da OGX que sejam da OGPar e de Eike Batista;
 - Penhor dos direitos de concessão dos blocos de exploração BM-C-39 e BM-C-40, incluindo Tubarão Martelo;
 - Penhor de recebíveis, direitos de venda e outros direitos relacionados a contrato de exportação da OGX P&G e dos Garantidores;
 - **Conversão em capital:** As Debêntures serão convertidas automaticamente em ações, após o cumprimento ou dispensa expressa das condições precedentes indicadas na respectiva escritura de emissão de debêntures e no contrato de subscrição (“Aumento de Capital Mediante Conversão das Debêntures”). A esse respeito, fazemos referência ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 10 de janeiro de 2017.
- b. Reestruturação das dívidas concursais e extraconcursais que expressamente aderirem ao Plano**

Forma

Os Planos de Recuperação Judicial previram a reestruturação das dívidas concursais e extraconcursais aderentes através da conversão dos créditos em capital da OGX P&G em sua quase totalidade (“Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos”).

Os credores quirografários da OGPar serão pagos em 48 parcelas fixas, iguais e mensais, com o primeiro pagamento ocorrendo no dia 30 de janeiro de 2015, e os demais pagamentos no dia 30 de cada mês, até 30 de dezembro de 2018. Os credores fornecedores da OGX P&G optaram ou não pelo recebimento de uma quantia em dinheiro correspondente a até R\$ 30 mil, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo que o referido valor foi pago em 3 parcelas fixas e mensais, com pagamentos no dia 30 de janeiro de 2015, 28 de fevereiro de 2015 e 30 de março de 2015. Eventual saldo do crédito foi convertido em capital social da OGX P&G.

Por fim, os credores financeiros da OGPar e da OGX P&G, incluindo, mas não se limitando, aos créditos concursais detidos pelos Bondholders relativos aos Bonds 2018 e aos Bonds 2022, bem como os créditos detidos pelo Grupo OSX, foram integralmente pagos mediante conversão dos créditos em capital da OGX P&G, desde que preenchidas determinadas condições precedentes, elencadas nos Planos.

Essa conversão dos créditos concursais e extraconcursais aderentes ocorreu em 16 de outubro de 2014. Vide item F - Status da implementação dos meios de recuperação a seguir.

Até o presente momento, o Grupo OGX não possui qualquer credor trabalhista sujeito à recuperação judicial. Na hipótese de serem reconhecidos créditos trabalhistas, por decisão judicial ou acordo entre as partes, os referidos créditos trabalhistas serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas.

Os créditos detidos por partes relacionadas controladas direta ou indiretamente pela OGPar são novados pelo Plano e serão pagos em parcela única de principal devida e exigível em 20 (vinte) anos contados da data de aprovação do Plano, ou em 30 de julho de 2034, o que ocorrer por último. Adicionalmente, a OGX Áustria reconhece ser devedora da OGX P&G por força da subrogação operada em favor da OGX P&G em decorrência da entrega de ações em pagamento dos créditos concursais dos Bondholders, conforme implementação do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Crédito.

Valor do aumento de capital, preço unitário das ações e direito de preferência

O valor do aumento de capital corresponde ao valor da totalidade dos créditos concursais indicado na lista de credores, acrescido da totalidade dos créditos extraconcursais que aderirem ao Plano. Na hipótese de majoração na quantidade de créditos decorrente de decisão judicial transitada em julgado, a OGX P&G deverá emitir tantas ações ordinárias quanto necessário para permitir a capitalização dos novos créditos. O Aumento de Capital Mediante a Capitalização de Créditos ocorreu de forma privada, conferindo, portanto, aos acionistas da OGX direito de preferência. Os acionistas da OGX P&G renunciaram a esse direito, permitindo que a totalidade dos créditos fosse capitalizada em ações.

c. Reestruturação Societária (Incorporação e OGX Reestruturada)

Após a realização e implementação (i) do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Crédito; e (ii) do Aumento de Capital Mediante Conversão das Debêntures, as administrações da OGPar e da OGX P&G e deverão adotar os atos necessários para a incorporação da OGPar pela OGX (“Incorporação”), inclusive o de propor aos respectivos acionistas a Incorporação. Para tanto, as ações da OGX deverão passar a ser negociadas no segmento de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“OGX Reestruturada”).

O objetivo da incorporação, após realizadas as operações de capitalização previstas no Plano, é nivelar todos os *stakeholders* em uma mesma companhia e conferir a todos os então acionistas acesso ao mercado de capitais, com a possibilidade de negociarem suas ações e monetizá-las conforme entenderem adequado, bem como participar de eventual valorização do ativo, se for o caso.

Bônus de subscrição

Como vantagem adicional à subscrição das novas ações da OGX P&G a serem emitidas, caso as condições para a incorporação ocorram, os acionistas da OGPar, receberão bônus de subscrição da OGX Reestruturada com as seguintes condições: (i) prazo de exercício de 5 anos; (ii) um número de ações ordinárias a serem subscritas que representem 15% do capital social total da OGX Reestruturada, considerando um preço de emissão baseado no valor de avaliação da Companhia Reestruturada de US\$ 1,5 bilhão.

d. Condições resolutivas do Plano

São condições resolutivas que podem acarretar o cancelamento da aprovação do Plano e imediata convocação de nova assembleia de credores para deliberar a respeito de uma alternativa ao Plano ou a falência da OGPar: (i) a constatação, até que ocorra o Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos, de qualquer falsidade ou incorreção quanto a

qualquer declaração ou garantia prestada pela OGPar no Plano; (ii) o descumprimento pelos acionistas diretos e indiretos da OGPar de qualquer obrigação assumida no Plano ou a prática de qualquer ato ou medida incompatível com as disposições do Plano; (iii) a não verificação das condições precedentes para a ocorrência do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos em até 120 dias contados da homologação do Plano ou até 30 de setembro de 2014, o que ocorrer primeiro (condição esta dispensada em assembleia geral de credores realizada em 29 de setembro de 2014); (iv) a não realização de assembleia geral extraordinária e demais atos de implementação do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos em até 140 dias da homologação do Plano ou até 20 de outubro de 2014, o que acontecer primeiro; (v) a não adesão ao Plano dos credores extraconcursais que sejam partes relacionadas, em especial as empresas do Grupo OSX; e/ou (vi) a não aprovação do Plano pela assembleia geral de credores, nos termos da Lei de Falências.

e. Recursos pendentes de julgamento

Não obstante tenha sido interposto recurso especial contra a decisão que admitiu o processamento da Recuperação Judicial em relação à OGX International e OGX Austria, a Administração da Companhia, apoiada por seus consultores jurídicos externos, acredita que o resultado de referido recurso não afetará de forma material a implementação dos meios de recuperação previstos no Plano. Além disso, contra a Decisão Homologatória foram interpostos os Agravos de Instrumento n°s 0032962-86.2014.8.19.0000, 0033122-14.2014.8.19.0000, 0033135-13.2014.8.19.0000 e 0039682-69.2014.8.19.0000. Em 3 de dezembro de 2014, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro julgou parcialmente procedente os Agravos de Instrumento interpostos contra a Decisão Homologatória única e exclusivamente para (i) declarar nula a cláusula no Plano que dispõe sobre a irresponsabilidade do comissário por eventual prejuízo decorrente da venda de ações, a ele outorgada pelos credores concursais e/ou credores extraconcursais, (ii) estender a ineficácia da cláusula que versa sobre o Contrato de Opção de Compra (*Put Option*) também aos credores que se abstiveram de votar ou que não compareceram às assembleias gerais de credores que deliberaram sobre os Planos. Esses quatro recursos ainda se encontram sob a apreciação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em razão de terem sido interpostos recursos especiais pelos respectivos recorrentes, os quais foram inadmitidos pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, estando atualmente em curso o prazo para que os interessados apresentem novos recursos contra as decisões de inadmissão, para acesso ao Superior Tribunal de Justiça, e respondam aos recursos dos demais. A Administração da Companhia, novamente apoiada por seus consultores jurídicos externos, acredita que os resultados destes recursos não afetarão de forma material a implementação dos meios de recuperação previstos no Plano.

f. Status da implementação dos meios de recuperação

Em 18 de setembro de 2014, foi concedido o Registro de Emissor - Categoria A à OGX P&G pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Em 16 de outubro de 2014, foi aprovado, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da OGX P&G, o Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos, no valor total de R\$ 862.559,86 (oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos), com o valor de R\$ 13.800.108.189,66 (treze bilhões, oitocentos milhões, cento e oito mil, cento e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos) atribuído à reserva de capital, perfazendo uma capitalização total de R\$ 13.800.970.749,52 (treze bilhões, oitocentos milhões, novecentos e setenta mil, setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), tendo sido emitidas 86.255.986 (oitenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oitenta e seis) novas ações

ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da OGX P&G, ao preço por ação de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), as quais foram distribuídas aos credores detentores dos Créditos, proporcionalmente ao valor de seus respectivos Créditos. A capitalização dos créditos concursais e extraconcursais foi implementada nessa mesma data. Não obstante, a AGE formalizando a extinção das dívidas através da emissão de instrumentos de patrimônio ter ocorrido em 16 de outubro de 2014, em 30 de setembro de 2014, todas as condições precedentes para a extinção das dívidas em questão já haviam sido cumpridas de forma que a conversão era mandatária nos termos dos planos de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologados pelo Juízo. Dessa forma, em 30 de setembro de 2014 a Companhia não tinha mais obrigação de liquidar os referidos passivos através da entrega de caixa ou outros ativos e por conta disso, no terceiro trimestre de 2014, eliminou essas dívidas de suas demonstrações financeiras em contrapartida de registros no capital, na reserva de capital e no resultado do exercício.

Em abril de 2015 a Companhia celebrou um Contrato de Suporte e Standstill com certos credores anuentes, que detém a maioria das debêntures conversíveis (DIP) e dos créditos decorrentes do *incremental facility* de US\$ 73 milhões. Esse contrato determina que, sujeito à satisfação das condições ali estabelecidas, durante o período de *standstill*, os credores anuentes se absterão de votar ou tomar qualquer medida para cobrar valores ou executar quaisquer garantias do DIP ou do *incremental facility*. O período de *standstill*, exceto se vencido antecipadamente, permaneceria em vigor até a conversão do DIP ou 15 de agosto de 2015, o que ocorresse primeiro. Em 14 de agosto de 2015, não havendo as condições estabelecidas para a conversão do DIP e/ou pagamento do *incremental facility*, por meio de Primeiro Aditamento ao Contrato de Suporte e Standstill, tal contrato foi prorrogado para o dia 30 de outubro de 2015. Tendo em vista que as condições e exigências não foram supridas até o dia 30 de outubro de 2015, foi convocada Assembleia Geral de Debenturistas para o dia 13 de novembro de 2015. A maioria dos debenturistas decidiu pela suspensão da referida Assembleia e reabertura para 25 de novembro de 2015, tendo em vista as negociações em curso acerca da venda das ações da Parnaíba Gás Natural detidas pela Companhia. No dia 12 de agosto de 2016 a maioria dos debenturistas presentes na Assembleia Geral dos titulares das debêntures conversíveis em ações não manifestaram objeção à proposta de encerramento da referida Assembleia, sem deliberação acerca da prorrogação do prazo do "Instrumento Particular de Compromisso de Não Fazer", celebrado em 14 de maio de 2015, entre a OGX, a OGPar e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário. A execução das garantias não encontra-se sob controle da Companhia, mas sim com os titulares dessas debêntures e credores do *incremental facility*. Conforme a Companhia tem informado ao mercado, nos termos da Instrução CVM 358/2002, existem negociações em curso com determinados credores relevantes, dentre eles, credores do *incremental facility* e detentores de debêntures relacionadas ao DIP.

Destaca-se, ainda, que periodicamente a administração presta as informações requeridas pelo administrador judicial.

1.4 Situação financeira de curto prazo

Apesar do *business plan* da investida OGX P&G utilizar as melhores expectativas da administração, o mesmo está sujeito a incertezas diversas, com destaque para as financeiras (custos e despesas estimados, preço do petróleo previsto, taxa de câmbio, etc), as operacionais (eficiência dos equipamentos e equipe de produção), as regulatórias (ex. ANP, IBAMA, legislação tributária, etc), as negociais (sucesso na alienação de ativos e rolagem, conversão ou renegociação de dívidas) e as geológicas (volume e comportamento dos reservatórios). Diante dessas incertezas significativas a geração de resultados reflexa do desempenho da investida OGX P&G e a posição de caixa podem variar significativamente em relação ao projetado.

A readequação da estrutura financeira e patrimonial da Companhia depende do êxito do plano de recuperação judicial, bem como das ações da administração para gestão do fluxo de caixa operacional no curto prazo. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levar dúvida relevante quanto à continuidade operacional da Companhia. As informações trimestrais não incluem quaisquer ajustes em virtude das incertezas envolvidas.

As administrações da OGpar e OGX P&G obrigam-se a adotar os atos necessários para a incorporação da OGpar pela OGX (“Incorporação Reversa”), após realizadas as operações de capitalização previstas no Plano de Recuperação Judicial (nota explicativa 1.3). O objetivo da incorporação é nivelar todos os *stakeholders* em uma mesma companhia e conferir a todos os então acionistas, acesso ao mercado de capitais, com a possibilidade de negociarem suas ações e monetizá-las conforme entenderem adequado, bem como participar de eventual valorização do ativo, se for o caso.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de

maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- **Notas Explicativas nº 1** - Plano de recuperação judicial.
 - **Nota Explicativa nº 7** - Investimento - Estimativas contábeis na coligada OGX P&G
 - **Nota Explicativa nº 15** - Instrumentos financeiros - premissas de cálculo do *fair value*.
- e. Demonstrações financeiras OGX P&G:*
Dada a relevância da coligada OGX P&G nos resultados e posição patrimonial da OGpar, a administração da Companhia sugere a leitura conjunta das demonstrações financeiras das duas Companhias.
- f. Aprovação das demonstrações financeiras*
As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram apreciadas e sua divulgação foi autorizada pela Administração em 17 de março de 2017.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

- a. Apuração do resultado**
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.
- b. Instrumentos financeiros**

Tipos de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mantidos para venda.
- Mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros

Classificação

Empréstimos e recebíveis

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para VENDAS: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de *hedge accounting*, que atualmente não é adotado.
- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

A Companhia não possuía nenhum ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado ao final do período.

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia são exemplificados através de:

- Fornecedores.
- Empréstimo com partes relacionadas.

Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são mensurados pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado. A Companhia não possuía nenhum ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado ao final do período.
- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio da data de cada transação. Nas datas de fechamento, ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio do fechamento e os ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos, nas datas de fechamento, com base nas taxas de câmbio das datas das transações e, portanto, não geram variações cambiais.

Nos casos de coligadas no exterior, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da Companhia, converte-se (*translation*), para fins de aplicação do método de equivalência patrimonial, seus ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento, o patrimônio líquido pela taxa histórica e o resultado pela taxa de câmbio média mensal. A diferença gerada pelas conversões a taxa distintas é reconhecida no patrimônio líquido, em “outros resultados abrangentes”, como ajustes acumulados de conversão (*CTA*) e reconhecida na demonstração do resultado quando esses investimentos são alienados, no todo ou parcialmente. As coligadas no exterior definiram como sua moeda funcional o Dólar Norte-Americano. As coligadas no país utilizam o Real como moeda funcional.

d. Investimentos

São registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. Empresas controladas em conjunto, e avaliadas como negócios em conjunto, também são registradas pelo método da equivalência patrimonial. No caso de investimentos em coligadas, ou controladas em conjunto, com patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), esses são apresentados no passivo não circulante. A Administração da Companhia entende não haver diferença entre a prática contábil adotada no Brasil e as IFRS uma vez que a Companhia atua como solidária a dívida de suas coligadas que possuem passivo a descoberto.

Perda de controle

Caso ocorra um aumento de capital em alguma das investidas diretas ou indiretas da OGPar e esse aumento não seja acompanhado por todos os acionistas de forma a manter-se os percentuais de participação no capital, o aumento gera um ganho ou uma perda contábil associado a variação da participação nas outras contas de patrimônio. Caso o aumento de capital gere perda de controle, esse ganho ou perda é reconhecido no resultado do período. Adicionalmente, a participação mantida é mensurada a valor justo. Nos períodos subsequentes volta-se a aplicar a equivalência patrimonial. Não houve perda de controle no exercício corrente.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia e de suas coligadas são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 por ano, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real.

f. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício, atribuível aos acionistas controladores, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no mesmo período, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais. O

resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

g. Receitas e despesas financeiras

Abrangem, basicamente, juros de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais também são apresentados como receitas ou despesas financeiras. Os juros pagos são apresentados como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

h. Reservas

Reserva de capital

Em casos de aumentos de capital somente R\$ 0,01 por ação é alocado à conta de capital social da Companhia em vista do seu patrimônio líquido negativo. O restante do valor por ação, se aplicável, é alocado à reserva de capital.

i. Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais

Quando a Companhia emite instrumentos patrimoniais próprios e os entrega a seus credores com o intuito de extinguir a totalidade ou parte de um passivo financeiro, tais instrumentos patrimoniais são inicialmente reconhecidos no patrimônio líquido, mensurados pelo seu valor justo. Se o valor justo dos instrumentos patrimoniais próprios emitidos não puder ser mensurado, os instrumentos patrimoniais próprios devem ser mensurados pelo valor justo do passivo financeiro extinto. A diferença entre o valor justo reconhecido diretamente no patrimônio líquido e o valor contábil do passivo financeiro é registrada no resultado do exercício como um ganho ou perda.

4 Preparação das demonstrações financeiras

O resultado de equivalência patrimonial existente nas demonstrações financeiras incluem as informações de suas investidas indicadas a seguir:

	Percentual de participação	
	31/12/2016	31/12/2015
Coligadas diretas:		
OGX P&G (i)	25,89	28,57
Coligadas indiretas:		
OGX R-11 (iv)	25,89	28,57
OGX International (iv)	25,89	28,57
OGX Austria (iv)	25,89	28,57
OGX Netherlands Holding (iv)	25,89	28,57
OGX Netherlands (iv)	25,89	28,57
Parnaíba B.V. (v)	-	28,57
Atlanta Field (ii)	10,36	11,43
Controladas em conjunto (empreendimento em conjunto):		
OGMP Transporte Aéreo (iii)	50,00	50,00

- (i) Em 30 de setembro de 2014 todas as condições precedentes necessárias a extinção das dívidas concursais e extracursais da OGX P&G através da emissão de instrumentos de patrimônio já haviam sido cumpridas, de forma que a conversão já era mandatória nos termos do plano de recuperação judicial, aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. A conversão e consequente diluição da participação da OGPar para 28,57% foi formalizada em 16 de outubro de 2014. Posteriormente, no dia 22 de janeiro de 2016, a coligada OGX

P&G informou ao mercado a conclusão da desmobilização do FPSO OSX-1, respeitando assim os compromissos assumidos com a OSX 1 Leasing B.V. e seus respectivos credores. Em janeiro de 2016, como parte do acordo firmado entre as Companhias, a OSX1 creditou US\$ 32 milhões (equivalentes a R\$117 milhões) em uma conta garantia em nome da OGX, destinados exclusivamente a servir de garantia ao cumprimento das obrigações associadas ao abandono dos poços do campo de Tubarão Azul. No dia 30 de março de 2016, o Conselho de Administração da OGX P&G deliberou sobre o aumento do capital social, mediante capitalização de crédito, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da OGX P&G. O aumento de capital foi efetivado mediante emissão privada de 12.531.821 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 9,38 por ação, sendo R\$ 0,01 por ação, alocado à conta de capital social em vista do patrimônio líquido negativo da Companhia e o restante de R\$ 9,37 por ação alocados à reserva de capital. Embora o trâmite processual para emissão das ações ainda esteja em curso, a Companhia entendeu que a conversão dos instrumentos patrimoniais era devida no primeiro trimestre de 2016. Como consequência da última emissão de ações acima, a OGX teve novamente sua participação na OGX P&G diluída de 28,57% para 25,89%.

- (ii) Controlada em conjunto (“operação em conjunto”) com a Queiroz Galvão Exploração e Produção e a Barra Energia
- (iii) Controlada em conjunto (“negócio em conjunto”) com a Eneva S.A.
- (iv) Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a coligada OGX P&G mantém participação de 100%, direta ou indireta, nessas sociedades.
- (v) No dia 26 de agosto de 2016 a OGX P&G celebrou um acordo para venda das ações que a controlada indireta OGX Netherlands Holding B.V. detinha da então controlada indireta da OGX P&G Parnaíba B.V.. Esta transação estava sujeita ao cumprimento de condições precedentes, sendo uma destas condições a conclusão do aumento de capital da Eneva com a entrega efetiva das ações para OGX P&G - entrega essa homologada no dia 3 de outubro de 2016. Apesar da homologação ter ocorrido somente após o fechamento do terceiro trimestre de 2016, a Administração da OGX P&G entendeu que essa transação deveria ser reconhecida nas Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2016, pois em 26 de agosto de 2016 a única condição precedente não atendida era a homologação do aumento de capital em respeito ao período de direito preferencial dos minoritários da Eneva. No entendimento da Administração da OGX P&G, esta é uma condição habitual e costumeira acordada entre compradores e vendedores de participações societárias. Dessa forma, a Parnaíba B.V. deixou de ser consolidada pela OGX P&G e passou a ser classificada como um recebível valorado pelo preço de venda atribuído entre as partes no SPA (*Share Purchase Agreement*).

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme entre as empresas e são consistentes com aquelas utilizadas na apresentação dos números do exercício anterior.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Caixa e conta-corrente	6	59
Fundo de Investimento		
Itaú Top DI Referenciado (*)	59	-
	65	59

- (*) Fundo de Investimento TOP DI FI REFERENCIADO
O objetivo do fundo é aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento classificados como “Referenciado DI”, os quais investem em ativos financeiros que buscam acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) ou da taxa Selic, de forma que, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos ativos financeiros componentes de suas respectivas carteiras estejam atrelados, direta ou indiretamente, a este parâmetro, observado que a rentabilidade do fundo será impactada em virtude dos custos e despesas do fundo, inclusive taxa de administração, se houver. Esse fundo é considerado de liquidez imediata e possui garantia de recompra do papel.

Classificação e mensuração

Os saldos mantidos em contas-correntes têm seus valores justos equivalentes aos saldos contábeis e são classificados como empréstimos e recebíveis.

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa por instituição financeira está apresentada nos quadros a seguir.

Instituição financeira	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e conta corrente		
Caixa Interno	1	1
Bradesco	3	7
BTG Pactual	1	1
Itaú	1	50
Total de caixa e conta corrente	6	59
Fundo de Investimento - Itaú	59	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	65	59

6 Outros créditos

	31/12/2016	31/12/2015
Prêmio de seguros	95	89
Adiantamentos a colaboradores	423	414
	518	503

7 Investimentos

Investimento	31/12/2016	31/12/2015
OGX P&G		
Valor contábil do investimento (% do patrimônio líquido)	(241.110)	(193.973)
Ajuste a valor justo - perda de controle - deságio (i)	(818.361)	(818.361)
Subtotal	(1.059.471)	(1.012.334)
Realização do deságio	709.651	709.651
Total (i)	(349.820)	(302.683)
OGMP Transporte Aéreo		
Valor contábil do investimento (% do patrimônio líquido)	129	256
	(349.691)	(302.427)

- (i) Apresentado no passivo não circulante na rubrica “provisão para perda de investimento” tendo em vista a obrigação nas perdas conforme previsto no plano de Recuperação Judicial.

a. Movimentação do investimento

Saldo em 1º de janeiro de 2015	<u>63.787</u>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	(148.804)
Resultado de equivalência patrimonial	(215.502)
Outros	786
Equivalência reflexa no patrimônio líquido (opções de ações)	(6.322)
Realização do deságio	<u>3.628</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(302.427)</u>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	85.231
Resultado de equivalência patrimonial	(181.085)
Ganho efeito da variação de participação em coligada	18.228
Equivalência patrimonial reflexa ágio na emissão de ações	<u>30.362</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(349.691)</u>

b. Informações sobre as participações societárias

	No Brasil			No exterior				
	OGX P&G	OGX R-11	OGMP Transp. Aéreo (i)	OGX Áustria	OGX International	OGX Netherlands	OGX Netherlands Holding	Atlanta Field B.V. (i)
31 de dezembro de 2016								
Ativo circulante	106.394	5.838	15	24	46	3	47	8.100
Ativo realizável a longo prazo	13.001.871	10.945	245	10.781.970	13	62.232	1.723	4.067
Investimentos	4.651	-	-	-	-	-	231.552	-
Imobilizado	539.658	-	-	-	-	857	-	444.434
Intangível	569.922	-	-	-	-	-	-	-
Total ativo	14.222.496	16.783	260	10.781.994	59	63.092	233.322	456.601
Passivo circulante	2.423.198	2	-	12.282.487	-	-	17	13.828
Passivo não-circulante	12.730.585	12.130	-	-	1.326.246	6.873	9.615	4.443
Patrimônio líquido	(931.287)	4.651	260	(1.500.493)	(1.326.187)	56.219	223.690	438.330
Total passivo + patrimônio líquido	14.222.496	16.783	260	10.781.994	59	63.092	233.322	456.601
Percentual de participação	25,89%	25,89%	50%	25,89%	25,89%	25,89%	25,89%	10,36%
Lucro (prejuízo) do exercício	(698.949)	(8.778)	(251)	386.021	335.064	(41.524)	(48.858)	(798)
31 de dezembro de 2015								
Ativo circulante	299.183	109	413	403	168	968	149	65.040
Ativo realizável a longo prazo	15.491.282	6.943	-	12.492.106	15	128.358	1.964	2.165
Investimentos	6.979	-	-	-	-	-	283.239	-
Imobilizado	491.818	-	100	-	-	1.027	-	356.335
Intangível	571.933	-	-	-	-	-	-	-
Total ativo	16.861.195	7.052	513	12.492.509	183	130.353	285.352	423.540
Passivo circulante	2.408.799	-	-	4.126	1	32	93	38.128
Passivo não-circulante	15.131.334	74	1	14.715.648	2.010.895	9.690	11.521	5.967
Patrimônio líquido	(678.938)	6.978	512	(2.227.265)	(2.010.713)	120.631	273.738	379.445
Total passivo + patrimônio líquido	16.861.195	7.052	513	12.492.509	183	130.353	285.352	423.540
Percentual de participação	28,57%	28,57%	50%	28,57%	28,57%	28,57%	28,57%	11,43%
Lucro (prejuízo) do exercício	(754.286)	(5.445)	(5)	(861.118)	(821.018)	41.019	39.433	(3.203)

(i) Refere-se aos saldos patrimoniais referentes à totalidade das ações/quotas existentes e não apenas à participação da Companhia.

8 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos e contribuições

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo não circulante		
IRRF sobre aplicações financeiras	2.491	2.490
IRPJ a compensar	7.455	20.277
Outros a compensar	14	-
Total de imposto e contribuições a recuperar	9.960	22.767
Passivo circulante		
IRRF	2	-
COFINS a pagar	3	7
PIS a pagar	-	1
Outros	8	1
Total de impostos e contribuições a recolher	13	9

A conciliação da apuração de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e CSLL	(179.059)	(179.059)	(235.354)	(235.354)
Adições/exclusões de natureza permanentes:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota Explicativa nº 7 (a))	181.085	181.085	215.502	215.502
Ganho efeito da variação de participação em coligada	(18.228)	(18.228)	(3.553)	(3.553)
Realização de ajustes acumulados de conversão	14.031	14.031	-	-
Outras Adições / exclusões Líquidas	45	45	(1.594)	(456)
Base de cálculo para IRPJ e CSLL	(2.126)	(2.126)	(21.811)	(22.949)
	15% + adicional 10%	9%	15% + adicional 10%	9%
Alíquotas (%)				
IRPJ e CSLL diferido	532	191	5.453	2.065
Reversão de IRPJ e CSLL corrente e diferido	(532)	(191)	(5.453)	(2.065)
Total do IRPJ e CSLL contabilizado	-	-	-	-
Alíquota efetiva	-	-	-	-

9 Partes relacionadas

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão representados a seguir:

	<u>Créditos com partes relacionadas</u>		<u>Empréstimos e financiamentos (passivo)</u>	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
OGX P&G	-	-	(81.261)	(91.091)
OGX International	633	633	-	-
	<u>633</u>	<u>633</u>	<u>(81.261)</u>	<u>(91.091)</u>

Os saldos passivos apresentados acima referem-se a mútuos remunerados pelo CDI ou Libor 6 meses + 2,5%. As companhias tem flexibilidade para rolar o vencimento desse mútuo.

Movimento dos empréstimos e financiamentos

	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(91.091)</u>
Novas captações	(8.593)
Juros incorridos	(5.242)
Variação cambial	8.743
Amortização	<u>14.922</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u>(81.261)</u></u>

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores está detalhada na Nota Explicativa nº 14.

10 Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	500	729
Fornecedores estrangeiros	<u>736</u>	<u>1.424</u>
	<u>1.236</u>	<u>2.153</u>

Saldo 31 de dezembro de 2016 refere-se basicamente a custos a serem pagos em até 48 parcelas mensais no âmbito da recuperação judicial.

11 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a. Capital social

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2016 e 2015 não ocorreram exercícios de opções de compra de ações e nem integralizações de capital na Companhia.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Nº de ações ordinárias	Participação %	Nº de ações ordinárias	Participação %
Acionistas				
Centennial Asset Funds (i)	16.233.332	50,17	1.623.333.735	50,17
Outros (acionistas com participação individual inferior a 5%)	16.126.836	49,83	1.612.683.055	49,83
(ii)	32.360.168	100	3.236.016.790	100

- (i) Centennial Asset Mining Fund LLC e Centennial Asset Brazilian Equity Fund, ambos controlados pelo Sr.Eike Fuhrken Batista.
- (ii) No dia 29 de abril 2016 em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovado o grupamento das ações da Companhia.

Custo na emissão de ações

Os custos de distribuição da Oferta Pública de Ações no valor de R\$ 236.951 estão registrados em conta retificadora do capital social. Estes custos se referem à comissão e aos serviços de registro e listagem da oferta, advogados, auditores, publicidade e outros.

b. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995.

Em função do prejuízo apresentado em 31 de dezembro de 2016, não houve proposta de dividendos relativos ao exercício de 2016.

c. Ajuste acumulado de conversão

Devido à conversão de moeda relativa aos investimentos indiretos em empresas com moedas funcionais diferentes da moeda funcional da Companhia (e da moeda de apresentação destas demonstrações financeiras), foram apurados ajustes acumulados de conversão registrados na conta de resultados abrangentes.

12 Despesas administrativas e gerais

Os principais gastos incorridos estão demonstrados no quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com pessoal	977	2.096
Despesas com escritório	95	894
Serviços prestados por terceiros (*)	1.442	(2.524)
Propaganda e publicidade	128	147
Seguros	1.129	1.050
Outros	1.613	46
	<u>5.384</u>	<u>1.709</u>

(*) Em junho de 2015 ajustamos o valor de provisões a pagar a fornecedores após renegociações que reduziram as dívidas em R\$ 2.679.

13 Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas financeiras		
Juros sobre mútuos	(5.242)	(4.421)
Juros diversos	(1)	(62)
Outros	(1.168)	(777)
	<u>(6.411)</u>	<u>(5.260)</u>
Receitas financeiras		
Atualização de créditos tributários	954	1.978
Juros	-	563
Rendimento de aplicações financeiras	9	4
Outros	8	-
	<u>971</u>	<u>2.545</u>
Variação cambial líquida	<u>8.653</u>	<u>(19.056)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>3.213</u>	<u>(21.771)</u>

14 Remuneração dos administradores

Os administradores apresentados referem-se aos membros do Conselho de Administração. O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está apresentado no quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Conselho de Administração	812	958
Subtotal	<u>812</u>	<u>958</u>
Opções de compra de ações canceladas e anuladas	-	(6.322)
Efeito no resultado	<u>812</u>	<u>(5.364)</u>

15 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A OGPar é uma holding com participação direta, não controladora, na OGX P&G, com controle compartilhado sobre a OGMP e com participações indiretas, também não controladora, em outras entidades (vide Nota Explicativa nº 7). A OGpar individualmente não possui instrumentos financeiros de montantes relevantes, não obstante, sua coligada e controlada em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado e expectativas futuras. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos. Os resultados obtidos com as operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

a. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras, riscos das taxas de juros e inflação oriundos dos ativos e passivos adquiridos, poderão ser neutralizados, quando considerados relevantes, de acordo com a avaliação do contexto econômico e operacional pela Administração. A contratação de instrumentos de proteção de contra variação no preço do petróleo está sujeita aos limites de exposição física e de volatilidade previstos na Política de Comercialização da Companhia.

b. Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (*commodities*), taxas de câmbio e de juros.

b.1 Risco de variação de preço: petróleo

Gerenciamento de risco

A coligada OGX P&G possui política formal de gerenciamento de estoque e comercialização na qual se definem as alçadas de decisão para a comercialização de petróleo e os critérios para gerenciamento do preço de venda do petróleo. As diretrizes de proteção do preço da *commodity* preveem a utilização de instrumentos derivativos para fixação do preço de venda de forma a assegurar uma maior estabilidade e previsibilidade do fluxo de receitas da Companhia.

Operações protegidas por instrumentos derivativos contra variação de preço

De acordo com a Política de Comercialização a coligada OGX P&G pode utilizar instrumentos derivativos com a finalidade de fixar o preço de venda do óleo já produzido, podendo, também, fixar o preço de até três meses de produção, ou eventualmente de outro horizonte que venha a

ser aprovado pelo Conselho de Administração. Os instrumentos derivativos utilizados poderão ser futuros, *swaps*, “*collars*” e opções. As operações podem ser realizadas nas Bolsas NYMEX - New York Mercantile Exchange e ICE - Intercontinental Exchange, assim como no mercado de balcão. Não houve nenhuma operação com instrumentos derivativos em 2016 e 2015.

Análise de sensibilidade - testes de estresse

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não havia derivativos de petróleo em aberto na OGpar e nem na OGX P&G.

b.2 Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio associadas aos ativos e passivos da Companhia.

Gerenciamento de risco

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito consolidado de suas empresas para identificar e reduzir os riscos associados à oscilação do valor das moedas que estão relacionadas aos ativos e passivos. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas coligadas da Companhia. A ideia é minimizar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do hedge natural. A Companhia pode atuar na contratação de operações de derivativos, dentro dos seguintes limites:

- Para valores efetivamente comprometidos ou contratados, nos quais já existam contratos firmados com fornecedores, pode ser adotada a posição de cobertura de até 100%, independentemente do prazo da exposição.
- Para valores estimados, pode ser adotada posição com prazo de cobertura limitado a doze meses e posição de cobertura inferior a 100%, ponderada com base em perspectiva conservadora de realização.

Análise de sensibilidade para o risco cambial

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia individualmente, não possuía ativos ou passivos relevantes expostos ao câmbio. Sua coligada OGX P&G possuía exposição cambial líquida de R\$ (2.313.979) passivos, representada, sobretudo pelo financiamento DIP e pelo 2º Pré Pagamento de exportação/ *incremental facility* (US\$ 73 milhões).

Os cenários definidos nesta análise partiram da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016:

- Cenário I: depreciação do R\$ perante o US\$ - em 25%.
- Cenário II: depreciação do R\$ perante o US\$ - em 50%.

	Valor de referência (US\$ mil)	Cenário I (R\$ mil)	Cenário II (R\$ mil)
Passivo líquido em moeda estrangeira	(710.006) (*)	(578.495)	(1.156.990)
% Participação OGpar	25,89%	25,89%	25,89%
Exposição da OGpar a exposição cambial da OGX P&G	(183.821)	(149.772)	(299.545)

(*) Corresponde a exposição cambial líquida que a OGX P&G está exposta, cujo montante de R\$ 2.313.979 (R\$ 599.089) proporcional a participação da Companhia) está convertido para US\$ pela taxa de fechamento de dezembro de 2016 (3,2591).

O saldo de ativo e passivos líquidos é negativo (dívida líquida), sobretudo em função do "passivo circulante" que corresponde aos financiamentos do DIP e 2º PPE (US\$ 73 milhões). A OGX P&G optou por não contratar instrumento financeiro de proteção dessa exposição contábil, pois no processo de recuperação judicial, a OGX P&G não espera ter que desembolsar recursos para liquidar os DIPs (num total de US\$ 324.246 em 31 de dezembro de 2016). A proposta do Plano de Recuperação Judicial é converter essa dívida em capital.

b.3 Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros às quais podem estar associados os fluxos de pagamento de principal e juros de dívida. A Companhia não considera relevante o risco de juros em seu status atual, pois, não espera ter que liquidar seu principal passivo com juros (o DIP *Finance*), cuja expectativa é que seja convertido em capital.

c. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Companhia adotou como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, as referências utilizadas são o Índice *RiskBank* da consultoria Lopes Filho e Associados e o rating da agência de risco Standard & Poors. Para avaliação das contrapartes comerciais a empresa possui normativo no qual é estabelecido um conjunto de critérios e diretrizes que representam a base para concessão de crédito a clientes nacionais e internacionais da Companhia. Os fundamentos básicos que norteiam este instrumento são o de prover maior segurança na realização dos créditos concedidos e o de minimizar eventuais riscos nas relações comerciais.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde ao total do quadro abaixo:

Quadro de risco de crédito	31/12/2016	31/12/2015
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	65	59
Outros créditos (não inclui prêmio de seguros)	423	414
Créditos com partes relacionadas	633	633
	<u>1.121</u>	<u>1.106</u>

d. Risco de liquidez

A Companhia e suas coligadas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado de curto prazo. O quadro a seguir apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixa de vencimento.

	31/12/2016						
	Vencido	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais que 2 anos	Outros	Total dos passivos financeiros
Fornecedores (ii)	-	447	272	517	-	-	1.236
Empréstimos com partes relacionadas (i)	-	-	-	-	-	81.261	81.261
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	274	274
Total	-	447	272	517	-	81.535	82.771

- (i) Mútuo com vencimento renovável como forma de gestão consolidada do caixa do Grupo OGPar. A quitação deste mútuo se dará sob demanda.
- (ii) Fornecedores com prazo superior a 6 meses associados ao plano de recuperação judicial.

16 Informações por segmento

A administração da OGpar não segrega os resultados da Companhia por segmentos. Após a perda de controle sobre a OGX P&G o resultado da OGPar passou a ser basicamente o resultado de equivalência patrimonial e outros efeitos associados às participações societárias não controladoras. O resultado da principal investida OGX P&G segmentado por bacia (segmento geológico) está apresentado nas demonstrações financeiras da OGX P&G.

17 Resultado por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

Básico e diluído	31/12/2016	31/12/2015
Numerador básico e diluído		
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	(179.059)	(235.354)
Denominador básico e diluído		
Média ponderada de ações	32.360.168	32.360.168
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(5,53331)	(7,27295)

Ajuste retrospectivo

Conforme requerido pelo CPC 41, a Companhia ajustou retrospectivamente o cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação considerando a nova composição acionária decorrente do grupamento de ações comentado na Nota Explicativa 11.

18 Eventos subsequentes

Celebração de acordo junto aos credores

No dia 10 de janeiro de 2017 a Companhia e coligada OGX P&G informaram ao mercado por meio de Fato Relevante, que celebrou um *Term Sheet* indicativo que estabelece os principais termos comerciais de um acordo ("*Term Sheet*" e "Acordo", respectivamente) entre elas e (i) OSX Brasil S.A. - Em Recuperação Judicial, OSX Serviços Operacionais Ltda. - Em Recuperação Judicial e OSX Construção Naval S.A - Em Recuperação Judicial; (ii) OSX-3 Leasing BV ("OSX-3"); (iii) Nordic Trustee ASA, na qualidade de Bond Trustee (Agente Fiduciário) dos *bonds* OSX-3 Senior Secured Callable Bond 2012/2015 e cessionário dos direitos da OSX-3 ("OSX-3 Bond Trustee" e "OSX-3 Bonds", respectivamente); (iv) certos detentores da 3ª emissão de debêntures garantidas da OGX, conversíveis em ações, com garantia fidejussória adicional, em três séries (conforme aditada ou alterada de tempos em tempos, o "DIP"); e (v) certos credores do Export Pre-Payment Agreement (Contrato de Pré Pagamento de Exportação) datado de 23 de junho de 2014 ("Credores IF" e "Incremental Facility", respectivamente).

Os termos e condições do Acordo descritos na Proposta são consistentes com os termos e condições propostos pela Companhia e divulgados ao mercado no Fato Relevante de 28 de outubro de 2016, que consistem essencialmente na conversão de (i) todos e quaisquer valores em aberto do Incremental Facility; (ii) todos os passivos de afretamento não pagos (que pode incluir a contratação do afretamento para período futuro até a devolução do FPSO OSX-3 para a OSX3) ("Afretamento Não Pago"); e (iii) do DIP (antes ou imediatamente após a conversão do Incremental Facility e do Afretamento Não Pago em ações) em ações da OGX.

O capital social da OGX P&G, com a implementação total do Acordo, será distribuído conforme abaixo:

OSX-3	32,50%
Credores IF	15,58%
Credores DIP	46,92%
OGpar	1,29%
Acionistas atuais	3,71%

Ainda, como parte do Acordo, 33,33% das ações da Eneva detidas pela OGX P&G, representativas a 6,22% do capital total da Eneva, serão depositadas em uma conta *escrow* para garantir as obrigações das Companhias referentes ao futuro abandono do campo de Tubarão Martelo e devolução do FPSO OSX-3, nos termos do Acordo; 8,31% das ações da Eneva detidas pela OGX P&G serão transferidas aos Credores IF; e 25,02% das ações da Eneva detidas pela OGX P&G serão transferidas aos credores do DIP que optarem por participar do Acordo. Será oferecido a todos os credores do DIP a oportunidade de participar do Acordo.

O Acordo também inclui que, mediante solicitação futura do OSX-3 Bond Trustee ou da OSX-3, a OGX P&G tomará as medidas necessárias para a devolução do FPSO OSX-3 em 240 dias contados de tal solicitação. A OGX P&G terá ainda o direito de rescindir o contrato de afretamento e devolver o FPSO OSX-3 para OSX-3 mediante notificação escrita com 240 dias de antecedência. A partir da notificação de devolução, a OGX P&G deverá tomar as medidas necessárias para interromper a produção de petróleo no campo de Tubarão Martelo, inclusive implementando um Plano de Desconexão e uma Garantia de Desativação, os quais deverão ser em forma e conteúdo aceitáveis para a OSX-3, o OSX-3 Bond Trustee e a ANP, como condição precedente ao Acordo.

Foi também outorgada à OSX-3 a opção de compra dos direitos e participação da OGX P&G no campo de Tubarão Martelo, pelo maior preço entre (i) US\$1,00 ou (ii) o valor agregado dos investimentos (CAPEX) feitos pela OGX P&G exclusivamente para a desativação física do FPSO OSX-3 após a entrega da notificação de devolução. Tal opção será exercível até que o FPSO OSX-3 seja efetivamente devolvido e sua implementação está sujeita à aprovação da ANP. Mediante o exercício e consumação da opção, a OSX-3 será a única responsável por todos os honorários, custos e despesas posteriores relacionados ao FPSO OSX-3.

A OGX concordou ainda em depositar 10% de toda a sua receita proveniente do petróleo extraído do campo de Tubarão Martelo, após o pagamento dos *royalties*, em uma conta *escrow*, como garantia aos custos de abandono do campo de Tubarão Martelo e devolução do FPSO OSX-3 ("Conta *Escrow*"). Adicionalmente, a OGX também concordou em depositar 33,33% da receita mensal que exceder US\$ 8 milhões, após o pagamento dos *royalties* e do depósito dos 10% da receita proveniente do campo de Tubarão Martelo, para a Conta *Escrow* e mesma quantia para a OSX-3, como pagamento do afretamento devido pelo Contrato de Afretamento. Os 33,33% restantes da receita excedente ficarão com a OGX P&G para atender às suas despesas operacionais correntes.

O Acordo também estabelece que os recursos provenientes das ações da Eneva mantidas pela OGX P&G (33,33% das ações da Eneva detidas pelas Companhias) deverão ser destinados para atender os custos de operação do campo de BS-4. Ainda, 10% dos recursos provenientes da receita bruta proporcional atribuível para a OGX P&G da venda de petróleo produzido pelo campo de BS-4, após o pagamento de *royalties*, serão depositados na Conta *Escrow*.

Ainda, como parte do Acordo, todos os conflitos existentes entre as partes serão inicialmente suspensos e posteriormente encerrados, no fechamento da transação, com completa e recíproca quitação entre as partes.

A implementação do Acordo está sujeita à celebração da documentação definitiva e a diversas condições precedentes e aprovações usuais, incluindo a aprovação formal por credores financeiros das Companhias, bem como aprovações regulatórias.

O acordo em epígrafe não gerou quaisquer reflexos contábeis nessas Demonstrações Financeiras.

Composição do Conselho de Administração

Pedro de Moraes Borba
Presidente

Julio Alfredo Klein Junior

Gunnar Gonzalez Pimentel

Membros independentes

Adriano Salviato Salvi

Jorge Rojas Carro

Renato Paulino de Carvalho Filho

Composição da Diretoria

Paulo Narcélio Simões Amaral
Diretor Presidente

Márcia Lemos Mainenti
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Francisco Aurélio Sampaio Santiago
Diretor de Operações

Controller e Contador responsável

Jefferson Luis Castrignani Martins
CRC-1SP218855/O-1

Índice



Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----



Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	32.360.168
Preferenciais	0
Total	32.360.168
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	11.305	24.218	128.302
1.01	Ativo Circulante	583	562	1.396
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	65	59	195
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	518	503	1.201
1.01.08.03	Outros	518	503	1.201
1.01.08.03.20	Outros créditos e despesas antecipadas	518	503	1.201
1.02	Ativo Não Circulante	10.722	23.656	126.906
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.593	23.400	63.119
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	633	633	633
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.960	22.767	62.486
1.02.01.09.03	Tributos Não-Correntes a Recuperar	9.960	22.767	24.221
1.02.01.09.04	Empréstimos com partes relacionadas	0	0	38.265
1.02.02	Investimentos	129	256	63.787



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	11.305	24.218	128.302
2.01	Passivo Circulante	82.866	93.481	109.768
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	82	77	3.023
2.01.02	Fornecedores	1.236	2.153	6.380
2.01.03	Obrigações Fiscais	13	9	13
2.01.05	Outras Obrigações	81.535	91.242	100.352
2.01.05.02	Outros	81.535	91.242	100.352
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	274	151	4.651
2.01.05.02.06	Empréstimos com partes relacionadas	81.261	91.091	95.701
2.02	Passivo Não Circulante	349.820	302.683	0
2.02.04	Provisões	349.820	302.683	0
2.02.04.02	Outras Provisões	349.820	302.683	0
2.02.04.02.04	Provisões para perda de investimentos	349.820	302.683	0
2.03	Patrimônio Líquido	-421.381	-371.946	18.534
2.03.01	Capital Social Realizado	8.821.155	8.821.155	8.821.155
2.03.02	Reservas de Capital	30.362	0	96.552
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-9.217.694	-9.038.635	-8.893.511
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-55.204	-154.466	-5.662



DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-182.272	-213.583	-5.548
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.384	-1.709	-16.097
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.197	3.628	792.128
3.04.04.01	Ganho efeito da variação de participação em coligada	18.228	0	0
3.04.04.02	Realização de ajustes acumulados de conversão	-14.031	0	86.105
3.04.04.03	Realização do deságio	0	3.628	706.023
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-181.085	-215.502	-781.579
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-182.272	-213.583	-5.548
3.06	Resultado Financeiro	3.213	-21.771	-10.957
3.06.01	Receitas Financeiras	9.624	2.545	8.857
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.411	-24.316	-19.814
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-179.059	-235.354	-16.505
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-179.059	-235.354	-16.505
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	9.884.526
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-179.059	-235.354	9.868.021
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-5,53331	-7,27295	304,94344
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-5,53331	-7,27295	304,94344



DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-179.059	-235.354	9.868.021
4.02	Outros Resultados Abrangentes	99.262	-148.804	-97.024
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão	99.262	-148.804	-97.024
4.03	Resultado Abrangente do Período	-79.797	-384.158	9.770.997



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.335	-9.057	56.152
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.672	-2.211	-19.618
6.01.01.01	Prejuízo nas operações em continuidade	-179.059	-235.354	-16.505
6.01.01.02	Prejuízo nas operações descontinuadas	0	0	9.884.526
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	181.085	215.502	781.579
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial das operações descontinuadas	0	0	-3.708.041
6.01.01.05	Ganho do efeito na alteração de participação em coligada	-18.228	0	-6.994.846
6.01.01.06	Realização de ajustes acumulados de conversão	14.031	0	-86.105
6.01.01.07	Ajuste a valor justo investimentos	0	0	818.361
6.01.01.08	Realização do deságio	0	-3.628	-706.023
6.01.01.09	Outros	0	-3.465	0
6.01.01.10	Variação cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos	-8.743	20.876	343
6.01.01.11	Juros/encargos sobre financiamento passivo provisionados	5.242	3.858	7.093
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	12.007	-6.846	75.770
6.01.02.01	Outros créditos e partes relacionadas	-15	698	76.322
6.01.02.02	Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	12.807	1.454	488
6.01.02.04	Fornecedores	-917	-1.548	-2.610
6.01.02.05	Salários e encargos trabalhistas	5	-2.946	3.002
6.01.02.06	Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	4	-4	-102
6.01.02.09	Outras contas a pagar	123	-4.500	-1.330
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	0	-34.823
6.02.04	Aumento de capital em participações acionárias	0	0	-34.823
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.329	8.921	-42.575
6.03.02	Captações de empréstimos e financiamentos	8.593	11.068	0
6.03.03	Amortizações de Principal	-14.922	-2.147	-35.484
6.03.04	Pagamento de juros	0	0	-7.091
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6	-136	-21.246
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	59	195	21.441
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	65	59	195



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.821.155	0	0	-9.038.635	-154.466	-371.946
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.821.155	0	0	-9.038.635	-154.466	-371.946
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	30.362	0	0	0	30.362
5.04.09	Ágio reflexo na emissão de ações da investida	0	30.362	0	0	0	30.362
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-179.059	99.262	-79.797
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-179.059	0	-179.059
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	99.262	99.262
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	99.262	99.262
5.07	Saldos Finais	8.821.155	30.362	0	-9.217.694	-55.204	-421.381



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.821.155	96.552	0	-8.893.511	-5.662	18.534
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.821.155	96.552	0	-8.893.511	-5.662	18.534
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.322	0	0	0	-6.322
5.04.08	Reconhecimento pro rata e cancelamento/anulação de opções de ações	0	-6.322	0	0	0	-6.322
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-235.354	-148.804	-384.158
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-235.354	0	-235.354
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-148.804	-148.804
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-148.804	-148.804
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-90.230	0	90.230	0	0
5.06.04	Compensação prejuízos acumulados	0	-90.230	0	90.230	0	0
5.07	Saldos Finais	8.821.155	0	0	-9.038.635	-154.466	-371.946



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.821.155	79.220	0	-18.777.997	91.362	-9.786.260
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.821.155	79.220	0	-18.777.997	91.362	-9.786.260
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	17.332	0	0	0	17.332
5.04.08	Reconhecimento pro rata e cancelamento/anulação de opções de ações	0	17.332	0	0	0	17.332
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.884.486	-97.024	9.787.462
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.868.021	0	9.868.021
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	16.465	-97.024	-80.559
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10.919	-10.919
5.05.02.06	Outros	0	0	0	16.465	0	16.465
5.05.02.07	Realização de ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira	0	0	0	0	-86.105	-86.105
5.07	Saldos Finais	8.821.155	96.552	0	-8.893.511	-5.662	18.534



DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.297	962	-6.964
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.297	962	-6.964
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.297	962	-6.964
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.297	962	-6.964
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-167.264	-209.329	9.903.932
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-181.085	-215.502	-781.579
7.06.02	Receitas Financeiras	9.624	2.545	8.857
7.06.03	Outros	4.197	3.628	10.676.654
7.06.03.01	Operações descontinuadas	0	0	9.884.526
7.06.03.03	Realização de ajustes acumulados de conversão	-14.031	0	86.105
7.06.03.04	Realização do deságio	0	3.628	706.023
7.06.03.05	Ganho do efeito na alteração de participação em coligada	18.228	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-170.561	-208.367	9.896.968
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-170.561	-208.367	9.896.968
7.08.01	Pessoal	814	1.920	8.282
7.08.01.01	Remuneração Direta	814	1.920	8.281
7.08.01.02	Benefícios	0	0	1
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.273	751	851
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.411	24.316	19.814
7.08.03.03	Outras	6.411	24.316	19.814
7.08.03.03.01	Despesas financeiras, juros, variação cambial e outros	6.411	24.316	19.814
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-179.059	-235.354	9.868.021
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-179.059	-235.354	9.868.021

